



PREFEITURA DE
CONGONHAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS | MG
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2024

13:30 ÀS 17:00

501 - ANALISTA TÉCNICO JURÍDICO

BANCA EXAMINADORA



RASCUNHO DO CARTÃO-RESPOSTAS

RESPOSTAS DE 1 A 15

- 1 (A) (B) (C) (D)
2 (A) (B) (C) (D)
3 (A) (B) (C) (D)
4 (A) (B) (C) (D)
5 (A) (B) (C) (D)
6 (A) (B) (C) (D)
7 (A) (B) (C) (D)
8 (A) (B) (C) (D)
9 (A) (B) (C) (D)
10 (A) (B) (C) (D)
11 (A) (B) (C) (D)
12 (A) (B) (C) (D)
13 (A) (B) (C) (D)
14 (A) (B) (C) (D)
15 (A) (B) (C) (D)

RESPOSTAS DE 16 A 30

- 16 (A) (B) (C) (D)
17 (A) (B) (C) (D)
18 (A) (B) (C) (D)
19 (A) (B) (C) (D)
20 (A) (B) (C) (D)
21 (A) (B) (C) (D)
22 (A) (B) (C) (D)
23 (A) (B) (C) (D)
24 (A) (B) (C) (D)
25 (A) (B) (C) (D)
26 (A) (B) (C) (D)
27 (A) (B) (C) (D)
28 (A) (B) (C) (D)
29 (A) (B) (C) (D)
30 (A) (B) (C) (D)

RESPOSTAS DE 31 A 45

- 31 (A) (B) (C) (D)
32 (A) (B) (C) (D)
33 (A) (B) (C) (D)
34 (A) (B) (C) (D)
35 (A) (B) (C) (D)
36 (A) (B) (C) (D)
37 (A) (B) (C) (D)
38 (A) (B) (C) (D)
39 (A) (B) (C) (D)
40 (A) (B) (C) (D)
41 (A) (B) (C) (D)
42 (A) (B) (C) (D)
43 (A) (B) (C) (D)
44 (A) (B) (C) (D)
45 (A) (B) (C) (D)

RESPOSTAS DE 46 A 60

- 46 (A) (B) (C) (D)
47 (A) (B) (C) (D)
48 (A) (B) (C) (D)
49 (A) (B) (C) (D)
50 (A) (B) (C) (D)
51 (A) (B) (C) (D)
52 (A) (B) (C) (D)
53 (A) (B) (C) (D)
54 (A) (B) (C) (D)
55 (A) (B) (C) (D)
56 (A) (B) (C) (D)
57 (A) (B) (C) (D)
58 (A) (B) (C) (D)
59 (A) (B) (C) (D)
60 (A) (B) (C) (D)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Prezado(a) candidato(a), favor **conferir** se o CADERNO DE QUESTÕES recebido corresponde ao **cargo** para o qual você está concorrendo. Em caso de dúvida, dirija-se ao fiscal **antes de iniciar** esta prova.
2. Este CADERNO DE QUESTÕES contém **60(sessenta) questões** numeradas de **01 a 60**.
3. Confira se a quantidade e a ordem das questões do seu CADERNO DE QUESTÕES estão de acordo com as instruções do item 2. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4(quatro) alternativas. Apenas uma responde corretamente à questão.
5. O tempo disponível para esta prova é de **03h30**, por isso reserve tempo suficiente para preencher o CARTÃO-RESPOSTA.
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados.
7. Quando terminar a prova, acene para chamar o fiscal de sala e entregue o CARTÃO-RESPOSTA.
8. As instruções que constam nesse CADERNO DE QUESTÕES e as do CARTÃO-RESPOSTA, bem como as orientações e instruções expedidas pelo **INSTITUTO INTEC** durante a realização da prova complementam o Edital e deverão ser observadas e seguidas pelo candidato.
9. Somente será permitido ao candidato **retirar-se definitivamente** da sala de prova mediante a entrega obrigatória ao fiscal da sala o CARTÃO-RESPOSTA, devidamente preenchido e assinado.
10. **Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão deixar o local de provas após decorrida 1(uma) hora de seu início, sendo permitido ao candidato levar o caderno de questões.**
11. Serão mantidos, **no mínimo, 03(três) candidatos** dentro de sala até que o último termine a prova para assinatura e comprovação da lisura do Concurso Público.
12. O Gabarito Oficial será publicado no endereço eletrônico **www.concursosintec.org.br** a partir das 20h do dia **19/05/2024**.

Instrução: Leia o Texto I e II para responder as questões de **01 a 10**.

Texto I

Quem foi Lidia Poët? Conheça a história real por trás de “As Leis de Lidia Poët”, da Netflix

Com o intuito de diversificar seu catálogo, a Netflix divulgou em seu catálogo a íntegra da série “As Leis de Lidia Poët”, drama de época que mostra as lutas diárias de uma advogada em um tempo sombrio para as mulheres. O interesse crescente pela série faz com que muitas pessoas pesquisem o que é fato por trás do enredo de “As Leis de Lidia Poët”. Conheça, a seguir, detalhes sobre a vida da mulher que inspirou o drama:

Nascida em uma pequena aldeia italiana no ano de 1855, Lidia Poët estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Torino e se formou aos 25 anos. Posteriormente, ela atuou em um escritório de advocacia até que recebesse sua inscrição na Ordem dos Advogados de Turim, após 2 anos de formada.

Desde que foi aprovada, contudo, o destaque de Lidia Poët em um meio majoritariamente masculino não agradou os demais homens do grupo, que recorreram à aceitação. Mesmo que tenha sustentado seus pontos com altivez, Lidia teve seu acesso negado por um procurador-geral, que argumentou que mulheres não poderiam ocupar o posto. Posteriormente, ela recorreu a outros tribunais, que voltaram a negar seu direito de exercer a profissão por ser mulher.

Desde então, Lidia Poët passou a ser um exemplo internacional da luta das mulheres por justiça, especialmente dentro da carreira de Direito – um meio até hoje machista. As fortes posições de Lidia renderam debates na sociedade da época e, graças a ela, o papel da mulher Italiana no Direito passou a ser discutido.

Os homens afirmavam que os únicos que apoiavam o trabalho de Lidia eram “celibatários solteiros”. Na época, um Ministro da Justiça argumentou que não era favorável à inserção de mulheres em profissões de destaque, pois estas não pertenciam à aristocracia. A partir de então, passou-se a discutir o papel do marido na responsabilidade pelos atos de suas mulheres como advogadas e como as palavras masculinas se adaptariam à prática do Direito.

Nos dias restantes de sua vida, Lidia Poët continuou lutando pelo direito internacional das mulheres. Foi apenas em 1919, contudo, que as mulheres puderam ocupar lugares de destaque no Direito. Um ano depois, com 65 anos de idade, ela conseguiu finalmente adquirir o título de advogada.

Disponível em: <https://sobresagas.com.br/conheca-historia-real-por-tras-as-leis-de-lidia-poet-netflix/>. Acesso em: 22 de março de 2024.

Texto II

“Dizem que nós fomos silenciosas historicamente. Mentira. Nós fomos silenciadas”, diz Cármen Lúcia em sessão do Dia da Mulher

Supremo Tribunal Federal realiza sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Única ministra mulher da Corte falou sobre a luta pela igualdade de gênero.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou em discurso nesta quinta-feira (7), em homenagem ao Dia da Mulher, que as mulheres foram silenciadas ao longo da história.

Cármen Lúcia é a única mulher entre os 11 ministros do tribunal. Em toda a história de 132 anos do STF, ela é uma das três mulheres que já foram ministras. As outras duas são as ministras aposentadas Rosa Weber e Ellen Gracie.

"Dizem que nós fomos silenciosas historicamente. Mentira. Nós fomos silenciadas, mas sempre continuamos falando, embora muitas vezes não sendo ouvidas", afirmou a ministra.

Nesta sessão especial, o STF tem na pauta processos relativos aos direitos das mulheres. Entre eles, a ação que questiona o uso, em processos na Justiça, de estratégias de desqualificação e culpabilização das vítimas de crimes sexuais.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/dizem-que-nos-fomos-silenciosas-historicamente-mentira-nos-fomos-silenciadas-diz-carmen-lucia-em-sessao-do-dia-da-mulher.ghtml>. Acesso em: 22 de março de 2024.

QUESTÃO 01

Atendo-se às informações trazidas pelos Textos I e II, é **CORRETO** concluir que:

- A) A despeito dos desafios enfrentados na magistratura, casos como o de Lidia Poët foram fundamentais para um cenário atual de maior igualdade em diferentes esferas sociais.
- B) A desigualdade de gênero é uma realidade observada em diferentes contextos profissionais, que se perpetua em razão do silenciamento imposto às mulheres.
- C) Mesmo já tendo se passado cem anos desde que a primeira mulher conseguiu se tornar advogada na Itália, a representatividade feminina em espaços como o STF ainda é baixa.
- D) Momentos históricos como a titulação de Lidia Poët como advogada são citados no Dia Internacional da Mulher como marcos importantes da luta por igualdade de gênero.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa que apresenta uma **DIFERENÇA** entre o Texto I e o Texto II:

- A) Alusão ao contexto social machista que interpõe obstáculos à igualdade de gênero.
- B) Alusão ao silenciamento das mulheres diante das tentativas de se fazerem ouvir.
- C) Referência à luta internacional das mulheres para assegurar o acesso a seus direitos.
- D) Referência à intensificação da desigualdade de gênero em áreas como a do direito.

QUESTÃO 03

“Desde que foi aprovada, **contudo**, o destaque de Lidia Poët em um meio majoritariamente masculino não agradou os demais homens do grupo, que recorreram à aceitação.” (Texto I)

Assim como o termo em destaque, todas as expressões a seguir têm valor semântico adversativo. No entanto, assinale a alternativa que **NÃO** se encaixa no contexto do período.

- A) Apesar disso.
- B) Entretanto.
- C) Não obstante.
- D) Todavia.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa que apresenta o fragmento do texto em que ocorre um **DESVIO** de estilo, considerando o bom uso do português escrito padrão.

- A) Com o intuito de diversificar seu catálogo, a Netflix divulgou em seu catálogo a íntegra da série “As Leis de Lidia Poët”, drama de época que mostra as lutas diárias de uma advogada em um tempo sombrio para as mulheres. (Texto I).
- B) O interesse crescente pela série faz com que muitas pessoas pesquisem o que é fato por trás do enredo de “As Leis de Lidia Poët”. (Texto I).
- C) Nascida em uma pequena aldeia italiana no ano de 1855, Lidia Poët estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Torino e se formou aos 25 anos. (Texto I).
- D) “Dizem que nós fomos silenciosas historicamente. Mentira. Nós fomos silenciadas, mas sempre continuamos falando, embora muitas vezes não sendo ouvidas”, afirmou a ministra. (Texto II).

QUESTÃO 05

“Os homens afirmavam que os únicos que apoiavam o trabalho de Lidia eram ‘celibatários solteiros’.” (Texto I)

Ao afirmarem que o trabalho de Lidia apenas era apoiado por “celibatários solteiros”, é **CORRETO** afirmar que os homens:

- A) Apontavam para características falaciosas e inconsistentes presentes na forma como Lidia defendia seus clientes.
- B) Desqualificavam o trabalho dela em si, buscando justificativas fora de sua atuação profissional para aqueles que a defendiam.
- C) Invalidavam não apenas a qualidade do trabalho de Lidia, como também dos demais papéis exercidos pelas mulheres em sociedade.
- D) Ratificavam a incapacidade de seus pares em enxergar e reconhecer valores reais no trabalho exercido por ela.

QUESTÃO 06

“Nesta sessão **especial**⁽¹⁾, o STF tem na pauta **processos**⁽²⁾ relativos aos direitos das **mulheres**⁽³⁾. Entre eles, a ação que **questiona**⁽⁴⁾ o uso, em processos na Justiça, de estratégias de desqualificação e culpabilização das vítimas de crimes sexuais.” (Texto II)

As palavras destacadas e numeradas têm a sílaba tônica na mesma posição, **EXCETO** a de número:

- A) (1).
- B) (2).
- C) (3).
- D) (4).

QUESTÃO 07

“Dizem que nós fomos silenciosas historicamente. Mentira. Nós fomos silenciadas, mas sempre continuamos falando, **embora** muitas vezes não sendo ouvidas’, afirmou a ministra.” (Texto II)

É **CORRETO** afirmar que a conjunção em destaque instaura um valor de sentido de:

- A) Concessão.
- B) Condição.
- C) Consequência.
- D) Contradição.

QUESTÃO 08

“[...] o destaque de Lidia Poët em um meio majoritariamente masculino não agradou os demais homens do grupo, que recorreram à aceitação.”

Esta frase apresenta um erro em relação ao que prescreve a norma-padrão.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que trata-se de um erro de:

- A) Concordância nominal.
- B) Concordância verbal.
- C) Regência nominal.
- D) Regência verbal.

QUESTÃO 09

“Dizem que nós fomos silenciosas historicamente. Mentira. Nós fomos silenciadas”, diz Cármen Lúcia em sessão do Dia da Mulher”. (Texto II).

A fala da ministra apresenta um jogo de sentidos entre as duas palavras em destaque, estabelecendo uma relação semântica entre ambas **DENOMINADA** como:

- A) Antonímia.
- B) Sinonímia.
- C) Hiperonímia.
- D) Homonímia.

QUESTÃO 10

“Desde então, Lidia Poët passou a ser um exemplo internacional da luta das mulheres por justiça, especialmente dentro da carreira de Direito – um meio até hoje machista.”

É **CORRETO** afirmar que o termo em destaque, no contexto em questão, pertence à seguinte classe de palavras:

- A) Advérbio.
- B) Adjetivo.
- C) Numeral.
- D) Substantivo.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

Para proteger essa população vulnerável, o governo federal criou a Lei nº 13.982/2020, que prevê um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 pago por três meses aos atingidos pela crise. O benefício foi apelidado de "coronavoucher" pelo próprio governo e busca garantir alguma renda a quem não tem rendimentos fixos e, em geral, não contribui para a previdência.

Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/auxilio-emergencial---como-ajuda-do-governo-reflete-a-grande-informalidade-do-emprego-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 de abril de 2024. (Adaptado).

Quanto ao auxílio emergencial, é **CORRETO** afirmar que o ministério que administra esse processo é o:

- A) Ministério do Planejamento e Orçamento.
- B) Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.
- C) Ministério do Trabalho e Emprego.
- D) Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome.

QUESTÃO 12

O embate entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) reflete a tensão política e ideológica presente no sistema jurídico e político do Brasil. Nos últimos anos, essa tensão se intensificou, com o Senado liderando iniciativas que divergiam de decisões ou teses consideradas progressistas pelo STF.

Assinale a alternativa que **NÃO** está em sintonia com as recentes propostas apresentadas pelos senadores.

- A) A transformação dos cargos de ministros do STF em mandatos temporários.
- B) A proibição da posse e do porte de qualquer substância ilícita, independentemente da quantidade.
- C) A possibilidade de mais de uma reeleição no Executivo.
- D) A limitação de decisões monocráticas (individuais) no STF.

QUESTÃO 13

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, compõem a República Federativa do Brasil os poderes Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Estes são citados no segundo artigo como independentes e harmônicos entre si e devem trabalhar para o bem-estar comum da população brasileira. A distinção entre as três funções estatais básicas — legislar, administrar e julgar — remonta à Grécia Antiga.

Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/manifestacoes-contr-a-o-congresso-entenda-o-papel-dos-tres-poderes-.htm>. Acesso em: 17 de abril de 2024. (Adaptado).

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que o precursor da teoria da separação de poderes em corrente tripartite foi:

- A) O filósofo inglês John Locke.
- B) O filósofo francês Montesquieu.
- C) O filósofo grego Aristóteles.
- D) O filósofo francês Voltaire.

QUESTÃO 14

Leia o trecho a seguir:

"É um famoso livro da literatura infantil europeia. Narra acontecimentos vividos por um menino originário do asteroide B 612. Após a queda de um avião no deserto do Saara, o piloto faz amizade com essa sábia criança, que consegue ver o que os adultos são incapazes. A obra possui tempo cronológico e um narrador personagem. Apresenta personagens solitários em busca de um sentido para as suas existências. Publicado, pela primeira vez, em 1943, esse livro apresenta elementos fantásticos e procura valorizar as coisas simples da vida."

É **CORRETO** afirmar que o trecho se refere ao livro chamado:

- A) Pequeno Príncipe do autor francês Antoine de Saint-Exupéry.
- B) A hora da estrela do autor francês Antoine de Saint-Exupéry.
- C) A hora da estrela da autora brasileira Clarice Lispector.
- D) Pequeno Príncipe da autora brasileira Clarice Lispector.

QUESTÃO 15

"Há 30 anos em discussão no Brasil, a reforma tributária (PEC 45/2019) foi finalmente aprovada pelo Congresso nesta sexta-feira (15/12), um feito considerado histórico por políticos e economistas." (Fonte: **BBC News Brasil**, 15/11/2023)

Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gyxr2znzxo>.
Acesso em: 19 de março de 2024.

A promulgação da Reforma Tributária em 2023 pode marcar um passo significativo para o desenvolvimento econômico e aprimoramento do ambiente de negócios no Brasil.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** uma das notáveis e amplamente divulgadas mudanças introduzidas pela Reforma Tributária de 2023:

- A) Eliminação da necessidade de leis complementares para regulamentar alterações introduzidas pela reforma.
- B) Unificação de todos os impostos federais, estaduais e municipais pelo Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).
- C) Criação do Imposto Seletivo, também conhecido como "imposto do pecado", que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.
- D) Introdução de iniciativas modernizantes na administração tributária, incluindo o uso de tecnologias digitais avançadas, pondo fim definitivo a todas as formas de evasão fiscal.

QUESTÃO 16

A região de Gaza, frequentemente retratada nos últimos anos na mídia nacional e internacional como um local de violência e instabilidade, é um território estreito com 41km de comprimento e 10km de largura, situado entre Israel, Egito e o Mar Mediterrâneo.

Com uma população de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, é **CORRETO** afirmar que essa área é controlada pelo grupo extremista palestino conhecido como:

- A) Hamas.
- B) Hezbollah.
- C) Al-Qaeda.
- D) Estado Islâmico (ISIS).

QUESTÃO 17

O Barroco surge como uma resposta no campo artístico ao protestantismo, buscando reafirmar os valores católicos, recorrendo principalmente ao uso de imagens e de santos. Bem representados em todo aparato dos monumentos e esculturas do Município de Congonhas/MG, este se coloca como oposição a outro movimento artístico do século XVI, baseado na racionalidade e na busca da simetria em suas produções artísticas.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/artes>. Acesso em: 17 de abril de 2024. (Adaptado).

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que o movimento mencionado é chamado de:

- A) Renascimento.
- B) Classicismo.
- C) Modernismo.
- D) Romantismo.

QUESTÃO 18

“Os próximos anos se apresentam como cruciais para as tecnologias de Realidade Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV). Essas inovações estão transformando setores como educação, saúde e entretenimento e, com isso, podem influenciar os padrões de consumo e interação digital.”

Disponível em:
<https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/12/21/ra-e-rv-impulsionam-o-mercado-de-tecnologia-e-inovacao.ghtml>. Acesso em: 23 de março de 2024.

Assinale a alternativa que **MELHOR** descreve a diferença entre Realidade Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV).

- A) A RV cria um ambiente computacionalmente simulado e imersivo, permitindo a interação com elementos digitais, e a RA mescla elementos digitais com o mundo real.
- B) Ambas as tecnologias são idênticas e podem ser usadas de forma intercambiável.
- C) A RA é usada apenas para entretenimento, enquanto a RV tem aplicações mais amplas em campos como medicina e educação.
- D) A RA é uma forma de holografia, enquanto a RV é uma simulação de ambientes reais.

QUESTÃO 19

Leia o trecho a seguir:

"A _____ é um campo da ciência da computação que se dedica ao estudo e ao desenvolvimento de máquinas e programas computacionais capazes de reproduzir o comportamento humano na tomada de decisões e na realização de tarefas, desde as mais simples até as mais complexas."

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica>. Acesso em: 17 de abril de 2024. (Adaptado).

Assinale alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna.

- A) tecnologia da informação
- B) análise de sistemas
- C) inteligência artificial
- D) mecatrônica

QUESTÃO 20

Atualmente, Congonhas/MG é um destino turístico popular, atraindo visitantes de todo o Brasil e do mundo interessados em sua história, arquitetura colonial, arte sacra e cultura. Uma das obras artísticas que mais atrai a atenção dos turistas é um conjunto de esculturas em pedra-sabão, feitas pelo renomado artista Aleijadinho, e que se encontram no adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos.

Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** o nome deste conjunto de esculturas em tamanho natural.

- A) Os Apóstolos.
- B) As Virtudes.
- C) Imagens de São Francisco de Assis.
- D) Os Doze Profetas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

José, na condição de servidor do Município de Congonhas/MG, foi aposentado por invalidez. Ao ser submetido à exames pela junta médica oficial, os motivos de sua aposentadoria foram declarados insubsistentes, motivando a solicitação de seu retorno às suas atividades laborativas.

Nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município de Congonhas/MG, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O retorno de José às atividades é possível em razão do instituto do aproveitamento.
- B) O retorno de José às atividades é possível em razão do instituto da reversão.
- C) O retorno de José às atividades é possível em razão do instituto da reintegração.
- D) O retorno de José às atividades não é possível, tendo em vista que a concessão da aposentadoria é um direito adquirido.

QUESTÃO 22

Com base no Código de Processo Civil, quanto a intervenção de terceiros, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Pendendo causa entre 2(duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- B) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e se sujeitará aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- C) A assistência será admitida em qualquer procedimento e apenas enquanto tramitar em 1º grau de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- D) Não havendo impugnação no prazo de 15(quinze) dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar.

QUESTÃO 23

Acerca dos procedimentos e requisitos para a edição de Súmulas Vinculantes, bem como seus efeitos sobre o ordenamento jurídico, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Poderão ser editadas pelo Supremo Tribunal Federal de ofício ou mediante provocação.
- B) Sua aprovação dependente de decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- C) O ato administrativo ou decisão judicial que contrariarem a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar poderão ser impugnados por reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- D) A revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por aqueles que tem legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 24

A coerência interna de um sistema jurídico decorre dos princípios sobre os quais se organiza. O direito do trabalho possui princípios gerais e específicos, que são essenciais para a sociedade.

Sobre o princípio da aplicação da norma mais favorável, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O direito do trabalho não adota a teoria dinâmica da hierarquia entre as normas trabalhistas, pois no topo da pirâmide normativa estará necessariamente a Constituição, e não a norma mais favorável ao trabalhador.
- B) A Constituição prescreve um catálogo mínimo de direitos fundamentais sociais trabalhistas e, ao mesmo tempo, autoriza a aplicação de outros direitos, previstos em outras fontes normativas, desde que estes propiciem a melhoria das condições econômicas, sociais e jurídicas dos trabalhadores urbanos e rurais.
- C) Uma norma que estabelece um direito trabalhista mínimo deve se sobrepor a outra norma, mesmo que essa outra maximize o direito do trabalhador.
- D) O princípio da norma mais favorável será aplicável nos casos de cláusula de convenção ou acordo coletivo que contrarie proibição ou norma disciplinadora de política econômico-financeira do governo ou concernente à política salarial vigente.

QUESTÃO 25

A União, por meio de lei ordinária, instituiu nova contribuição social (nova fonte de custeio) para financiamento da seguridade social. Para tanto, adotou, além da não cumulatividade, fato gerador e base de cálculo distintos dos discriminados na Constituição da República de 1988. A lei foi publicada em 1º de outubro de 2023, com entrada em vigor em 1º de fevereiro de 2024, determinando, como data de vencimento da contribuição, o dia 1º de março de 2024. A empresa Beta Ltda. não realizou o pagamento, razão pela qual, em 10 de março de 2024, foi aconselhada, por seu advogado, a propor uma ação de natureza declaratória em face da União.

Com base no caso hipotético apresentado, assinale a opção que indica **CORRETAMENTE** o fundamento que poderá ser alegado para contestar a nova contribuição:

- A) A nova contribuição violou o princípio da anterioridade anual.
- B) A nova contribuição somente poderia ser instituída por Emenda Constitucional.
- C) A nova contribuição violou o princípio da anterioridade nonagesimal.
- D) A nova contribuição somente poderia ser instituída por meio de Lei Complementar.

QUESTÃO 26

No que diz respeito à Execução Contra a Fazenda Pública, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15(quinze) dias.
- B) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada requerer a prova pericial para apuração do valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- C) Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se as previsões do Código de Processo Civil.
- D) Nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

QUESTÃO 27

O Município de Congonhas/MG, na tentativa de fazer com que os cofres municipais pudessem receber o ISS (Imposto sobre Serviços) com mais celeridade, publicou, em abril de 2024, uma lei que alterava a data de recolhimento daquele imposto. A lei dispunha que os efeitos das suas determinações seriam imediatos.

Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A lei é válida, mas só poderia vigorar 90(noventa) dias após a sua publicação.
- B) A lei é inconstitucional, uma vez que não respeitou o princípio da anterioridade.
- C) A lei é constitucional, uma vez que, nessa hipótese, não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- D) A lei é válida, mas apenas poderia entrar em vigor 45(quarenta e cinco) dias após a sua publicação, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

QUESTÃO 28

Em relação às obrigações alternativas conforme o Código Civil, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A escolha da prestação a ser cumprida, em uma obrigação alternativa, é sempre do credor, independentemente de qualquer estipulação.
- B) O devedor pode compelir o credor a aceitar parte do cumprimento em uma prestação e parte em outra.
- C) Caso haja pluralidade de devedores, a escolha da prestação a ser cumprida será feita por meio de um acordo unânime entre os credores.
- D) Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

QUESTÃO 29

Acerca do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) São inadmissíveis, em processos administrativos de qualquer espécie, provas consideradas ilícitas pelo Poder Judiciário.
- B) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- C) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

QUESTÃO 30

Sobre terceirização de mão de obra, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Quando os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional contratam trabalhadores, através de terceirização, mas de forma irregular através de empresa interposta, gera-se o vínculo de emprego diretamente com eles.
- B) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei Federal nº 14.133/21, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- C) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, independentemente de ter participado da relação processual ou ter constado no título executivo judicial.
- D) Na terceirização, a responsabilidade solidária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

QUESTÃO 31

Ana Maria necessita promover a reposição de valores indevidamente recebidos ao erário público municipal. Para tanto, procura o setor de Recursos Humanos para saber se existe a possibilidade de que os valores devidos sejam descontados diretamente em seus vencimentos.

Nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município de Congonhas/MG, é **CORRETO** afirmar que:

- A) As reposições ao erário poderão ser descontadas do servidor ou do aposentado, em parcelas mensais não excedentes à 30% do vencimento ou provento, desde que previamente autorizado.
- B) As reposições ao erário poderão ser descontadas do servidor ou do aposentado, em parcelas mensais não excedentes à 10% do vencimento ou provento, independentemente de prévia autorização.
- C) As reposições ao erário poderão ser descontadas do servidor ou do aposentado, em parcelas mensais não excedentes à 30% do vencimento ou provento, independentemente de prévia autorização.
- D) As reposições ao erário poderão ser descontadas do servidor ou do aposentado, em parcelas mensais não excedentes à 10% do vencimento ou provento, desde que previamente autorizado.

QUESTÃO 32

Sobre o mandado de segurança, a partir do disposto na legislação brasileira, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, apenas uma delas poderá requerer o mandado de segurança.
- B) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- C) Será considerada federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
- D) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15(quinze) dias, quando notificado extrajudicialmente.

QUESTÃO 33

Sobre a Ação Popular e seu processamento, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará a citação dos réus e, se for o caso de intervenção, a intimação do representante do Ministério Público.
- B) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 15(quinze) dias do recebimento dos autos pelo juiz.
- C) As partes só pagarão custas e preparo ao final.
- D) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

QUESTÃO 34

A Empresa Bom Demais da Conta Ltda. foi incorporada pela Empresa Uai Sô Ltda., em 15/03/2024, sendo que os sócios da empresa incorporada se aposentaram 7(sete) dias após a data da realização do negócio jurídico. Em 30/03/2024, a Fiscalização da Prefeitura Municipal apurou crédito tributário, anterior à data da incorporação, resultante do não recolhimento de determinados tributos municipais devidos pela responsabilidade da Empresa Bom Demais da Conta Ltda.

Com base no caso hipotético apresentado, é **CORRETO** afirmar que a responsabilidade do crédito tributário é:

- A) Da Empresa Uai Sô Ltda.
- B) Da Empresa Bom Demais da Conta Ltda.
- C) Dos sócios da Empresa Bom Demais da Conta Ltda.
- D) Das Empresa Bom Demais da Conta Ltda. e da Empresa Uai Sô Ltda solidariamente.

QUESTÃO 35

A respeito do dolo nos negócios jurídicos, conforme previsto no Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- B) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão culposa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- C) O dolo do representante legal de uma das partes obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá pessoalmente por perdas e danos.
- D) São os negócios jurídicos nulos por dolo, quando este for a sua causa.

QUESTÃO 36

No exercício de sua competência fiscalizatória, o Tribunal de Contas do Estado, ao apreciar as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, emitiu parecer prévio recomendando sua reprovação.

Nessa hipótese, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas tem natureza vinculante para a deliberação legislativa a ser realizada pela Câmara Municipal.
- B) O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas poderá deixar de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- C) O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D) As contas ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

QUESTÃO 37

Nem todo trabalhador é empregado. Mas, todo empregado é trabalhador. Para ser empregado é imprescindível a presença concomitante de alguns elementos.

Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** o elemento considerado accidental e não essencial para a caracterização da relação empregatícia.

- A) Remuneração.
- B) Subordinação jurídica.
- C) Intencionalidade ou profissionalidade.
- D) Pessoalidade

QUESTÃO 38

Um das formas de intervenção do Estado na propriedade é a desapropriação.

Acerca desse relevante instituto jurídico, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial.
- B) O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização, informando-lhe que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15(quinze) dias e de que o silêncio será considerado rejeição.
- C) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará. Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.
- D) Se houver concordância, reduzida a termo, do expropriado, a decisão concessiva da imissão provisória na posse implicará a aquisição da propriedade pelo expropriante com o consequente registro da propriedade na matrícula do imóvel, a qual não implicará em renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.

QUESTÃO 39

Depois da constituição definitiva de determinado crédito tributário e antes da propositura da execução fiscal, João da Silva ajuíza ação anulatória de débito fiscal com depósito do montante integral do crédito que busca a anulação perante o Poder Judiciário.

Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O depósito prévio do montante integral é requisito de admissibilidade da ação ajuizada por João da Silva.
- B) O depósito do montante objeto de discussão judicial poderá ser levantado caso João da Silva tenha seu pedido julgado procedente perante o juízo de primeiro grau.
- C) O depósito prévio do montante integral produz os efeitos de impedir a propositura da execução fiscal, bem como evita a fluência dos juros e a imposição de multa.
- D) Caso o contribuinte saia vencido, caberá à Fazenda promover execução fiscal para fins de receber o crédito que lhe é devido.

QUESTÃO 40

Considerando o instituto da novação, conforme o Código Civil, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- B) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito, mas inequívoco, a segunda obrigação não confirma simplesmente a primeira.
- C) Se o novo devedor for insolvente, não tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, salvo se este obteve por má-fé a substituição.
- D) Importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consenso com o devedor principal.

QUESTÃO 41

É **CORRETO** afirmar que de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação:

- A) Para aquisição de bens, será de 10(dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- B) No caso de serviços e obras, será de 8(oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia.
- C) Será de 25(vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia.
- D) Para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, será de 25(vinte e cinco) dias úteis.

QUESTÃO 42

Considerando as normas referentes à Ação Civil Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- B) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- C) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, exceto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- D) É vedado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

QUESTÃO 43

O Prefeito do Município X lhe procura, na condição de Advogado do Município, e informa tem interesse que determinada Lei Municipal seja declarada inconstitucional por afronta ao princípio constitucional da isonomia, assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Nesse contexto, acerca das medidas que podem ser adotadas para instaurar o controle de constitucionalidade para o caso narrado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O Prefeito do Município X poderá propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental questionando a constitucionalidade da Lei Municipal.
- B) O Prefeito do Município X poderá propor Ação Direta de Constitucionalidade questionando a constitucionalidade da Lei Municipal.
- C) Como o Prefeito do Município X não possui legitimidade ativa para propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, poderá solicitar que seu partido político, desde que tenha representação do Congresso Nacional, proponha a referida ação, sendo exigível a demonstração de que há controvérsia judicial relevante.
- D) Como o Prefeito do Município X não possui legitimidade ativa para propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, poderá solicitar que seu partido político, desde que tenha representação do Congresso Nacional, proponha a referida ação, prescindindo de demonstração da existência de controvérsia judicial relevante.

QUESTÃO 44

O Estado de Minas Gerais cedeu um imóvel de sua propriedade à Empresa Sou Mineiro Uai Ltda., situada no Município de Congonhas/MG, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista a imunidade recíproca das pessoas de direito público, princípio garantidor da Federação e cláusula pétrea.
- B) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o Estado é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- C) O IPTU é devido e o Estado, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- D) O IPTU é devido e a Empresa Sou Mineiro Uai Ltda. é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

QUESTÃO 45

Sobre os prazos relativos à prescrição, conforme o Código Civil, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Prescreve em 1(um) ano, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- B) Prescreve em 2(dois) anos, a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- C) Prescreve em 3(três) anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- D) Prescreve em 5(cinco) anos, a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.

QUESTÃO 46

Um dos instrumentos assegurados ao poder público para apurar a responsabilidade de servidor por infrações praticadas é o processo administrativo disciplinar.

Nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município de Congonhas/MG, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o processo administrativo disciplinar:

- A) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por infrações exclusivamente praticadas no exercício de suas atribuições.
- B) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não influa na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90(noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.
- C) O afastamento determinado poderá ser prorrogado pelo prazo de até 90(noventa) dias, findo do qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- D) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 180(cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato que instaurar o procedimento disciplinar, admitida a sua prorrogação por no máximo 30(trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem.

QUESTÃO 47

O contrato de trabalho é um negócio jurídico pelo qual um empregado se obriga, mediante pagamento de uma contraprestação (salário), a prestar trabalho não eventual em proveito de outra pessoa, física ou jurídica (empregador), a quem fica juridicamente subordinado.

Assinale a alternativa que apresenta o elemento **NÃO** essencial para a validade do contrato de trabalho.

- A) Consentimento.
- B) Capacidade.
- C) Manifestação de vontade.
- D) Encargo.

QUESTÃO 48

A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse para a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública. A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em razão do procedimento de manifestação de interesse está sujeita aos preceitos contidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Nesse contexto, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca de sua realização:

- A) Não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.
- B) Não obrigará o poder público a realizar licitação.
- C) Implicará o direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração.
- D) Será remunerada somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.

QUESTÃO 49

O Tribunal de Justiça do Estado Y, em julgamento originário de Ação de Mandado de Segurança, prolatou decisão denegatória, em manifesta violação à norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil.

Na hipótese narrada, é **CORRETO** afirmar que o recurso cabível para impugnar o provimento jurisdicional é o/a:

- A) Recurso Extraordinário, no prazo de 15 dias.
- B) Recurso Especial, no prazo de 15 dias.
- C) Recurso Ordinário, no prazo de 15 dias.
- D) Reclamação Constitucional.

QUESTÃO 50

No que concerne ao processo licitatório, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da adesão à ata de preços de não participante, comumente conhecida como “carona”:

- A) Poderá ser realizada por órgãos e entidades municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.
- B) Poderá ser realizada por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação ou contratação direta.
- C) Em caso de adesão, deverá ser apresentada justificativa de sua vantagem, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público e demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- D) Em caso de adesão, deverá ser ocorrer prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

QUESTÃO 51

Após regular processo administrativo, o Fiscal de Tributos aplicou multa ao contribuinte, em decorrência do não recolhimento de imposto municipal. O valor da multa corresponde à valor superior ao dobro do montante não recolhido com base em previsão legal.

Nessa situação hipotética, de acordo com os princípios jurídicos da tributação, em caso de judicialização do tema pelo contribuinte, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Não se aplicará o princípio do não confisco, porque não se pode confundir multa com tributo.
- B) Não se aplicará o princípio do não confisco caso haja previsão legal nesse sentido.
- C) Não é possível a redução do valor da multa por decisão judicial.
- D) Houve violação do princípio do não confisco, dado o valor da multa aplicada.

QUESTÃO 52

Ao deferir a inicial da execução fiscal, o juiz ordenou a citação da Empresa Bom Demais da Conta Ltda., na condição de executada para, em 5(cinco) dias, pagar a dívida ou garantir a execução, sob pena de penhora. A executada, após ser citada, opta por indicar à penhora bens imóveis, os quais abarcam a integralidade do crédito tributário, para fins de discussão judicial da ação executiva.

Tendo em vista a necessidade de obtenção de Certidão de Regularidade Fiscal (CND) e considerando o aceite da referida garantia pelo juízo competente, é **CORRETO** afirmar que a Empresa Bom Demais da Conta Ltda. terá direito:

- A) À expedição de certidão positiva de débito com efeitos de negativa.
- B) À expedição de certidão negativa de débito.
- C) Não terá direito à expedição de regularidade fiscal.
- D) À expedição de certidão positiva de débito.

QUESTÃO 53

O Estado no exercício de seu poder de polícia, tem a prerrogativa de, assentado na lei, de restringir, condicionar, limitar a atividades particulares em favor do interesse público.

Acerca do poder de polícia, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O exercício do poder de polícia legitima a cobrança de taxa.
- B) O exercício do poder de polícia é dotado de autoexecutoriedade, o que não afasta o interesse da administração pública para tutelar em juízo os atos que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia, em razão da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- C) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público.
- D) Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

QUESTÃO 54

João da Silva, administrador da Empresa Sou Mineiro Uai Ltda. faz pagamento de crédito tributário de ISS (Imposto sobre Serviços) lançado pelo Fisco mediante a emissão de cheque, que não é compensado pela instituição financeira por insuficiência de fundos.

Neste caso hipotético, assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a providência a ser tomada pela Administração Tributária:

- A) Inscrever o débito em Dívida Ativa.
- B) Promover a execução do cheque.
- C) Protestar o cheque.
- D) Propor ação ordinária de cobrança, pois o crédito foi extinto com o pagamento, se o cheque estiver prescrito.

QUESTÃO 55

A Empresa Sou Mineiro Uai Ltda. não elegeu o seu domicílio tributário pelo Fisco.

Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a providência a ser tomada pelo Fiscal de Tributos, em caso de eventual fiscalização:

- A) Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o domicílio é o lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- B) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio tributário eleito, por razões de conveniência e de eficiência, ainda que o domicílio indicado não impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.
- C) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, o domicílio tributário é qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- D) Pode-se, em algumas situações, considerar-se como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem à obrigação.

QUESTÃO 56

De acordo com a Constituição Federal, após a EC 45/04, é **CORRETO** afirmar que são ações de competência da Justiça do Trabalho:

- A) Ações penais decorrentes de acidentes de trabalho.
- B) Ações oriundas da relação de trabalho, incluindo as de entes de direito público.
- C) Ações exclusivamente relacionadas a relações de emprego.
- D) Ações relacionadas a contratos de prestação de serviços autônomos.

QUESTÃO 57

Como é sabido, um dos princípios peculiares do direito do trabalho é o da continuidade da relação de emprego. É exatamente por isso que somente em situações especiais poderá haver paralisações provisórias, totais ou parciais, na execução do contrato de trabalho, ou melhor, na prestação do serviço.

Sobre a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Na suspensão do contrato de trabalho, não há obrigação de prestação de serviço nem pagamento de salário.
- B) Durante a suspensão do contrato de trabalho, o empregado tem direito ao recebimento de salário.
- C) A interrupção do contrato de trabalho não permite que o empregado retorne ao seu emprego após o término do período.
- D) Na interrupção do contrato de trabalho, o empregado e o empregador não mantêm nenhuma obrigação entre si.

QUESTÃO 58

No que concerne à organização da administração pública direta e indireta, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A criação de cargos, funções ou empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta ou aumento de sua remuneração deverá ser realizada por lei.
- B) O regime celetista é de adoção obrigatória para as empresas públicas.
- C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo.
- D) A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, quando se pleitear parcela de natureza administrativa.

QUESTÃO 59

Para ver majorada a arrecadação por meio do ITBI (Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos por ato oneroso de bens imóveis), o Município de Congonhas/MG amplia, por meio de lei, a incidência do imposto sobre a alienação fiduciária de bem imóvel.

De acordo com a situação hipotética apresentada, é **CORRETO** afirmar que esta medida é:

- A) Perfeitamente válida, já que na alienação fiduciária a propriedade fiduciária já é transferida para o credor fiduciário.
- B) Inconstitucional, pois a Constituição da República de 1988 exclui da regra matriz de incidência do ITBI os direitos reais de garantia.
- C) Ilegal, pois não há transmissão onerosa de bem imóvel na alienação fiduciária, posto que a transmissão é gratuita.
- D) Constitucional, pois a alienação fiduciária de bem imóvel é uma cessão de direito real de aquisição, passível de tributação por ITBI se o negócio for oneroso.

QUESTÃO 60

Considerando as disposições sobre a cláusula penal nas obrigações, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se somente à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- B) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.
- C) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta se converterá em alternativa a benefício do devedor.
- D) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal, desde que pactuada expressamente.



INTEC

INSTITUTO DE PESQUISA, GESTÃO E TECNOLOGIA

**ATENÇÃO:
VIRE O CADERNO APENAS
QUANDO AUTORIZADO.**